



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000135-47.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: Análise final – Pregão Eletrônico – Formação de registro de preços - SOLUÇÃO DE TIC - Eventual contratação de serviços *Service Desk*, implantação e execução continuada de Tarefas de Suporte, rotina e Demanda de suporte técnico de 1º, 2º e 3º Níveis, sustentação de infraestrutura de TIC, com atendimento presencial - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 52 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC ([1038405](#)), visando à formação de registro de preços para eventual contratação de serviços de *Service Desk*, implantação e execução continuada de Tarefas de Suporte, Rotina e Demanda de suporte técnico de 1º, 2º e 3º Níveis, sustentação de infraestrutura de TIC, com atendimento presencial, integra esse serviço o atendimento remoto aos usuários de TIC, garantindo os níveis de serviço acordados, disponibilizando solução ITSM (Information Technology Service Management) para gerenciamento dos serviços de TIC seguindo as melhores práticas preconizadas pela ITIL (Information Technology Infrastructure Library), HDI (Help Desk Institute) e os principais modelos das normas da ISO 20000 e 27001

02. O relato completo do procedimento até a aprovação pela autoridade administrativa dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 11/2023** ([1112997](#)).

03. Concluída a fase interna do pregão, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico nº 90001/2024 ([1115673](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1118236](#)).

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame, a saber:

a) pedidos de esclarecimentos e as respectivas respostas, juntados nos volumes IV a VI do processo: Serão descritos na análise deste parecer;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) propostas e documentos de habilitação das licitantes, juntados nos volumes VI a VIII do processo, a saber:

Propostas:

LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA, CNPJ sob o nº 19.877.300/0001-81 ([1124666](#)) ([1124668](#)) ([1125854](#));

QUALIFICAR GESTÃO TERCEIRIZADA, CNPJ sob o nº 04.752.792/0001-01 ([1129283](#)) ([1129287](#)) ([1129289](#));

GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 10.685.746/0001-30 ([1131345](#)) ([1131897](#)) ([1131900](#)) ([1132580](#)) ([1132583](#));

Documentos de habilitação:

LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA, CNPJ sob o nº 19.877.300/0001-81 ([1125063](#)) ([1125065](#)) ([1125067](#)) ([1125072](#));

GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 10.685.746/0001-30 ([1133336](#)) ([1133337](#)) ([1133338](#)) ([1133339](#));

c) termo de julgamento ([1141003](#)).

FASE RECURSAL:

As licitantes DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ([1137330](#)), INPHOCO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ([1137331](#)), LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA ([1137335](#)) e SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA ([1137337](#)) registraram intenções de recursos e suas razões recursais, que foram aceitas pelo Pregoeiro;

A licitante QUALIFICAR - GESTAO TERCEIRIZADA DE SERVICOS registrou intenção de recurso, mas não apresentou razões recursais, situação que será analisada adiante neste parecer;

A licitante GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA apresentou contrarrazões ([1139321](#));

05. Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório nº 8/2024, no qual manifestou-se pela improcedência dos recursos administrativos apresentados ([1141001](#)), além



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de remeter os autos quanto à decisão da etapa recursal, adjudicação e homologação do certame por parte da autoridade administrativa ([1141004](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação.

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 55, II, “a”, da Lei nº 14.133/21, dando-se a devida publicação do edital de licitação, com observância do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1115673](#)), em atendimento ao disposto na disposição legal citada.

07. Ainda, verifica-se no evento ([1118236](#)) a publicidade do instrumento convocatório realizada mediante sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/202, a ocorrência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, como preconiza o §1º do artigo citado, bem como a sua divulgação adicional e a manutenção do seu interior teor no sítio eletrônico oficial deste Regional.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Pedidos de esclarecimentos manejados pelas empresas WHAN SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ([1118352](#)), ILHA SERVICE TECNOLOGIA ([1118594](#)), STEFANINI GROUP ([1119336](#)), ILHA SERVICE TECNOLOGIA ([1119773](#)), LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A ([1122294](#)), SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA ([1122634](#));

b) Lances: Os melhores lances para os itens estão registrados no termo de julgamento ([1141003](#));

c) Item deserto: Não houve;

d) Cancelados na Aceitação: Não houve;

e) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço em atendimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao **Acórdão 2622/2021 Plenário TCU**, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

f) Fase de Habilitação: De acordo com os registros que constam no item 7 do relatório do pregoeiro ([1141001](#)), as empresas a seguir foram **inabilitadas**:

LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA, CNPJ sob o nº 19.877.300/0001-81, por não realização, após diligência, de ajuste referente a valor de salário previsto em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

QUALIFICAR GESTÃO TERCEIRIZADA, CNPJ sob o nº 04.752.792/0001-01, por não conseguir fechar suas planilhas ao valor previsto em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

ANÁLISE AJSAOFC:

Compulsando os autos, verifica-se que os atos que necessitavam de manifestação prévia, tais como, respostas a pedidos de esclarecimentos e impugnações, aceitação de propostas e ratificação do atendimento aos requisitos de habilitação estabelecidos em edital, **contaram com oitiva prévia da unidade técnica demandante, determinante para a aceitação das propostas das licitantes, declaração da empresa vencedora do certame e saneamento de dúvidas relacionados ao edital, sobretudo por se tratar de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.**

Assim, após a juntada dos documentos de habilitação ([1133336](#)) ([1133337](#)) ([1133338](#)) ([1133339](#)), a unidade demandante manifestou-se pelo cumprimento das exigências editalícias ([1133909](#)) ([1134088](#)). Dessa forma, de acordo com os registros que constam do Termo de Julgamento ([1141003](#)), a documentação da licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 10.685.746/0001-30** foi julgada regular pelo Pregoeiro, com apoio técnico da unidade demandante, sagrando-se vencedora do certame, sem redução de valor na negociação.

FASE RECURSAL:

INTENÇÃO DE RECURSO Nº 01:

A licitante **QUALIFICAR GESTÃO TERCEIRIZADA** registrou inicialmente intenção de recurso ([1137329](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contudo, como se observa no extrato de recursos ([1137329](#)), a própria licitante desistiu de sua intenção antes cadastrada.

ANÁLISE AJSAOFC:

No **Parecer Jurídico nº 238/2022** ([0930214](#)), no PSEI n. [0001460-91.2022.6.22.8000](#), esta Assessoria firmou entendimento, acolhido pela Administração do TRE-RO ([0933740](#)), no sentido de que, conquanto a mera manifestação da intenção de recorrer não configure a interposição do recurso, **deverá o Pregoeiro** analisar a motivação contida no registro da intenção recursal e havendo nela, **a seu juízo**, qualquer elemento substancial capaz de demonstrar, por si só, alguma inconsistência praticada no certame, essa não poderá ser desconsiderada, impondo à Administração agir, mesmo que de ofício, no intuito de corrigir o ato assim inquinado de alguma irregularidade ou nulidade, na forma do teor do enunciado da **Súmula 473 do STF**: *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Contudo, como visto, a própria licitante desistiu de sua intenção de recorrer, na qual não apresentara qualquer fundamento ou razões, impossibilitando assim a realização de qualquer análise técnica da unidade demandante, do Pregoeiro e desta Assessoria. Nessa linha não há qualquer resposta a ser dada à licitante.

INTENÇÃO DE RECURSO Nº 02:

A licitante **DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA** registrou intenção de recurso ([1137329](#)), que foi aceita pelo Pregoeiro.

RECURSO:

Relativamente às **razões** do recurso apresentadas pela licitante **DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**, registrou a licitante, em síntese, os seguintes pontos controversos ([1137330](#)):

O anexo I do edital exige que os licitantes deveriam entregar a documentação original do fabricante do software com as informações comprobatórias do atendimento aos requisitos exigidos para a Ferramenta ITSM. Todavia, o VENCEDOR apenas se pronunciou no chat do pregão, informando que a Ferramenta utilizada na prestação de serviços seria a CA Service Desk Manager, descumprimento a exigência constante do Anexo I – de realizar a entrega da documentação original do fabricante do software para validação da área técnica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os atestados de capacidade apresentados pelo VENCEDOR não demonstraram total aderência às condições e especificações supracitadas, com destaque às seguintes condições: Nenhum dos atestados evidenciou o atendimento do requisito de implantação e suporte a ferramentas ITSM e aos processos solicitados no edital que contemplam o emprego de Ferramenta com certificação Pink Verify, Muito embora, quando questionada acerca do tema durante a sessão pública, a recorrida tenha alegado que os atestados atenderam às exigências.

Em sede de **contrarrazões** a licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA** apresentou, em síntese, os seguintes argumentos em defesa de sua habilitação ([1139321](#)):

As recorrentes argumentam que a GETI não apresentou a documentação hábil a comprovar sua capacidade técnica, especificamente em relação ao uso da ferramenta ITSM.

As razões recursais deixaram de observar as diligências realizadas por este ilustre pregoeiro, que diligenciou no sentido de identificar exatamente a comprovação da capacidade técnica em relação aos itens destacados pelas recorrentes.

Em verdade, restou indubitavelmente demonstrado à equipe de licitações que a empresa apresentou atestados hábeis a comprovar o atendimento à capacidade técnica exigida no Edital, especificamente Item 8.3 e seguinte:

8.3. Para comprovação da HABILITAÇÃO TÉCNICA, licitante deverá apresentar ao menos uma certidão ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, a fim de comprovar a aptidão do licitante para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

8.3.1. O atestado deverá comprovar a capacidade técnica para fornecer serviços de provimento de Central de Serviços (Help Desk ou Service Desk) com regime de atendimento remoto e presencial, para um único ambiente de TIC, contemplando no mínimo as seguintes quantidades: a) Atendimento remoto e presencial a no mínimo 400 (quatrocentos) usuários ativos e cadastrados na rede corporativa; b) Serviços de atendimento, utilizando ferramentas de gestão e operação de Service Desk (ferramenta ITSM) com fundamentos ITIL v3 ou 4 com pelo menos os seguintes processos: Gerenciamento e Cumprimento de Requisição; Gerenciamento de Incidentes; Gerenciamento de Mudanças; c) Atendimento mínimo de 5.000 (cinco mil) chamados (requisições de serviços, incidentes) por ano.

Em diligência, assim respondeu a GETI:

“O atestado do TRE-SE atende a todos os requisitos No contrato do TRE-SE além do atendimento de N1 e N2, fizemos a customização da ferramenta (OTRS). No atestado do Seac consta a CA Service Desk Manager, que fizemos somos responsáveis pelo suporte e manutenção de ferramentas de ITSM desde 2012.”

Por fim, visando diligenciar quanto ao atendimento da ferramenta ITSM, o pregoeiro questionou à Recorrida, que sinalizou que “a ferramenta é a mesma dos atestados do Seac e Banese, e que também prestamos serviços ao TCU, pode ser consultada no link <https://www.pinkelephant.com/en-CA/pinkverify/pinkverify-certification>, que é a Broadcom CA Service Desk Manager”



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a **unidade técnica demandante** manifestou-se, em síntese, da seguinte forma ([1139932](#)), a saber:

Entendemos que tal apresentação da documentação da ferramenta não se faz obrigatoriamente na etapa de habilitação, tendo em vista que haverá outros momentos para tal.

Em relação ao software ofertado de nome "**CA Service Desk Manager**", após conferência, foi verificado que a ferramenta consta na lista da PinkVerify e que a mesma atende os requisitos mínimos dos (11) onze processos, sendo eles listados abaixo:

AM - Gestão de Ativos de TI, CHG - Gestão de Mudanças, CON - Gerenciamento de Configuração, IM - Gerenciamento de Incidentes, KM - Gerenciamento do Conhecimento, MA - Monitoramento e Alerta, PM - Gerenciamento de Problemas, RDM - Gerenciamento de Liberação e Implantação, RM - Gerenciamento de Solicitações, SCA - Gerenciamento de Catálogo de Serviços, SLM - Gerenciamento de Nível de Serviço, SPM - Gestão de Portfólio de Serviços.

Ademais, embora a PinkElephant tenha sido descredenciada pela PeopleCert (detentora da ITIL) em 2023, isso por si só não a desqualifica, pois é considerada uma renomada empresa de treinamento e consultoria em gerenciamento de serviços de TI, desempenhou um papel significativo na promoção e no ensino do ITIL ao longo dos anos e a parceria entre a Pink Elephant e a PeopleCert permitiu que a Pink Elephant oferecesse cursos e certificações reconhecidas internacionalmente.

Em relação aos atestados apresentados ficou claro que licitante atende aos requisitos, inclusive cabe salientar que a mesma presta serviços para Tribunais semelhantes sendo eles Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e Rio Grande do Norte.

Deste modo, considerando os argumentos apresentados pela GETInfo ([1139321](#)) em contrarrazão ao Recurso da DSS ([1137330](#)), esta unidade técnica se manifesta por acatar as contrarrazões apresentadas pela GetInfo.

Nessa esteira, **após a apresentação das contrarrazões e manifestação técnica da unidade demandante**, o Pregoeiro conheceu parcialmente do recurso relacionado à habilitação, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manifestando-se pelo seu **não** acolhimento, contudo, em relação ao recurso interposto referente à aceitação da proposta, o Pregoeiro pugnou pelo seu **não** conhecimento, visto ser intempestivo e precluso, a saber: ([1140984](#))

7. Relativamente ao item 3.1 acima. Recurso apresentado contra a decisão do Pregoeiro que aceitou a proposta do VENCEDOR.

7.1. Como já dito no item 2.4 deste documento, em sede preliminar, o recurso, nesse ponto, não pode ser conhecido, **posto que apresentado em momento distinto do encerramento da fase de julgamento de proposta, contrariando o art. 65, §1º, I, da Lei 14.133/21, e os itens 12.1 e 12.2 do edital. Todavia, não sendo esse o entendimento da autoridade superior, passemos à análise do mérito.**

7.2. De fato, o anexo I do edital exige a entrega a documentação original do fabricante do software com as informações comprobatórias do atendimento aos requisitos exigidos para a Ferramenta ITSM. Todavia, equivoca-se o RECORRENTE quanto ao momento da entrega dessa documentação, fazendo uma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

leitura isolada do dispositivo, o que não é recomendado. A leitura dos anexos deve ser feita em conjunto com o edital, pois dele são partes integrantes.

7.3. O anexo I do edital não trata da seleção do fornecedor, mas das especificações técnicas mínimas do software de gerenciamento de serviços de TIC – ITSM.

7.4. Quem trata especificamente da seleção do fornecedor é o edital, que em seus itens 5.2.1 a 5.2.8 estabeleceu quais são os elementos a serem obrigatoriamente apresentados pelo licitante para julgamento da proposta, os quais foram apresentados pelo VENCEDOR.

7.5. Considerando que o edital não exigiu a entrega a documentação original do fabricante do software como requisito de aceitabilidade da proposta, não pode o Pregoeiro fazê-lo deliberadamente. O cuidado que o Pregoeiro teve foi de questionar, via CHAT, qual a ferramenta ofertada e submeter à análise da unidade técnica. Tal requisito será, portanto, exigido e fiscalizado somente na execução contratual.

7.6. Assim, este Pregoeiro mantém a decisão atacada.

8. Relativamente ao item 3.2 acima. Recurso apresentado contra a decisão do Pregoeiro que habilitou o VENCEDOR:

8.1. Trata-se de tema de natureza técnica, razão pela qual recorre-se à unidade demandante, que apresentou manifestação, conforme item 6.2 deste documento.

8.2. Diferentemente do recorrente, **a unidade técnica entende que os atestados apresentados demonstram claramente o atendimento aos requisitos elencados no edital e seus anexos, inclusive prestando serviços semelhantes a outros tribunais.**

8.3. Assim, acolho a manifestação da unidade técnica e a utilizo como fundamento para manter a decisão atacada, ou seja, a habilitação técnica do VENCEDOR. (sem destaques no original)

ANÁLISE AJSAOFC:

Preliminarmente, sobre a decisão do Pregoeiro de não conhecer do recurso interposto do julgamento da proposta da empresa declarada vencedora do certame, a Lei nº 14.133/2021, muito embora tenha mantido a sistemática da fase recursal única, estabelece que a **intenção de recorrer** deverá ser manifestada imediatamente sem determinar um marco temporal (como por exemplo, o momento em que o licitante é declarado vencedor). Vejamos o que dispõe o artigo 165 do novo marco legal:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

[...]

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

[...]

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II – a apreciação dar-se-á em fase única.

Por seu turno, o Poder Executivo Federal regulamentou a matéria por meio da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022**, segmentando o momento da intenção de recurso, assim asseverando:

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 40. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, **de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 1º **As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único**, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 3º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (sem destaques no original).

Por sua vez, o edital do Pregão Eletrônico 90001/2024 ([1115673](#)), em seus itens 12.1 e 12.2, na esteira da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022**, estabeleceu que após o término de cada uma das fases de julgamento das propostas e de habilitação, o sistema abriria prazo para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer, devendo o licitante interessado fazê-lo de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema. Inclusive, ressaltando que a ausência de manifestação imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, **implicaria na preclusão do direito de recurso dos licitantes**.

Assim, considerando que a recorrente não registrou intenção de recurso imediatamente, no prazo de até 10 (dez) minutos **após o encerramento da fase de julgamento de propostas**, seu direito de recorrer do julgamento da proposta restou precluso, de acordo com as regras editalícias, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022**, estando essa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conclusão em harmonia com os **Princípios da legalidade, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.**

Desta feita, esta Assessoria manifesta-se **pela intempestividade do recurso da recorrente quanto ao julgamento das propostas.**

Em que pese ter sido considerado precluso o direito de recorrer contra o julgamento da proposta, verifica-se que o recurso manejado pela recorrente contra a aceitação dos documentos de habilitação ([1137330](#)) contém vários elementos relacionando à aceitação da proposta. Nesse sentido, não há prejuízo ao contraditório e a ampla defesa da recorrente, visto que ambas as alegações caminham no mesmo sentido da aceitação da especificação técnica denominada ferramenta ITSM.

No tocante aos **documentos apresentados na fase de habilitação e ao recurso tempestivo interposto**, importante inicialmente ressaltar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em **capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional**. O **Acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU** diferencia bem as duas espécies:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a **capacidade técnico-operacional**, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade técnico-profissional**, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado

Em relação à aderência dos atestados de capacidade técnica, importante ainda salientar que a qualificação técnica tem a finalidade de verificação da aptidão técnica do licitante, conferindo desta forma segurança à Administração Pública de que possui o pleno conhecimento técnico para a execução do contrato conforme o objeto licitado, caso esta se sagre vencedora do certame.

E é nesse sentido o seguinte entendimento do Tribunal de Contas da União proferido por meio do **Acórdão 1742/2016 – Plenário**, a saber:

“Em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva, a exemplo da comprovação da realização de serviços de dragagem mediante sucção e recalque, em detrimento de outros sistemas”.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesse diapasão, ao compulsar os documentos de habilitação acostados aos autos ([1133338](#)), verifica-se que a licitante declarada vencedora apresentou atestado de capacidade técnica fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe referente a objeto bastante assemelhado e compatível em características ao objeto da presente licitação em comento (**service desk**), além de contrato com Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte que também assemelha-se sobremaneira aos requisitos técnicos e quantitativos definidos no edital, conforme já ratificado pela unidade demandante ([1139932](#)) e pelo Pregoeiro ([1140984](#)).

Pelo que vê, o primeiro documento isolado já atesta a comprovação da execução de serviços de atendimento, utilizando ferramentas de gestão e operação de Service Desk (ferramenta ITSM), exigidos pelo item 8.3.1 do edital do certame. Veja-se:

Atestado do TRE-SE - páginas 1-2 do evento [1133338](#):

OBJETO

Especificações Técnicas:

Item 1 - Serviço de Service Desk contemplando atendimentos de 1º Nível, remoto, e de 2º Nível, presencial e remoto.

Item 2 - Serviço de customização da ferramenta informatizada de controle de chamados (OTRS – ITSM 6).

Repita-se que, em observância **ao princípio do julgamento objetivo, corolário do princípio da vinculação ao edital**, como já observado pelo Pregoeiro, o Anexo I do edital referido pelo recorrente não trata de regras aplicáveis à seleção do fornecedor, mas de especificações técnicas mínimas do software de gerenciamento de serviços de TIC – ITSM.

Em razão do exposto, **esta unidade entende como legal e provida de fundamentação técnica adequada a manifestação do Pregoeiro** ([1140984](#)), visto que os atos atacados pela recorrente contaram **com deferimento do contraditório e ampla defesa, publicidade das informações e tramitações/andamentos processuais via chat do certame. Quanto ao mérito técnico, oitiva prévia da unidade técnica demandante e realização de diligência** quanto ao atendimento ou não da ferramenta ITSM, conforme se depreende da leitura do *chat* do pregão, páginas 27 e 28 do termo de julgamento ([1141003](#)).

Assim, no entendimento desta unidade jurídica, não há reparos nos atos praticados pelo Pregoeiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTENÇÃO DE RECURSO Nº 03:

A licitante **INPHOCO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA** registrou intenção de recurso ([1137329](#)), que foi aceita pelo Pregoeiro.

RECURSO:

Relativamente às razões do **recurso** apresentadas pela licitante **INPHOCO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**, registrou a licitante, em síntese, os seguintes pontos controversos ([1137331](#)):

A proposta do VENCEDOR, após ajustes, apresenta o valor de R\$ 6.894.877,40. Porém, a soma dos perfis resulta em 6.885.327,32, uma diferença de R\$ 9.550,08. A proposta foi aceita, mesmo sendo apenas R\$ 100,00 acima da colocada anterior, que foi desclassificada por não conseguir ajustar aos valores de salários solicitados. A seu ver, o VENCEDOR fez um jogo de planilhas para mascarar o preço real praticado e deixou de corrigir adequadamente sua proposta.

A ferramenta “CA SERVICE MANAGEMENT”, na versão 14.3, fabricada pela BROADCOM, ofertada pelo VENCEDOR não possui homologação pela PINK VERIFY, contrariando o edital. Desde maio/2023, a PINK ELEPHANT não está autorizada a certificar ITIL e a versão apresentada pelo VENCEDOR é de outubro/2023.

Em sede de **contrarrazões** a licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA** apresentou, em síntese, os seguintes argumentos em defesa de sua habilitação ([1139321](#)):

Já a Inphoco, sustenta que os valores da planilha de formação de preços não estão corretos, fazendo, a GETI “jogo de planilhas”.

Entretanto, a argumentação apresentada por esta recorrente, apesar de fazer referência ao jogo de planilha, não demonstra a situação no caso em tela.

Ainda que se admita, o que se faz somente por argumentar, **eventuais erros na planilha de formação de custos, devem ser corrigidos por mera diligência**, sem a inabilitação da concorrente, em compasso com a dicção do art. 59, parágrafo 2º, da Lei no 14.133/2021, que apesar de vedar a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta, faculta à comissão de licitação, em qualquer fase, a diligência destinada a instruir o processo licitatório, in verbis:

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: (...) IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; (...) § 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo..”

Como visto, ao contrário do que sugere a Recorrente, a legislação tributária foi adequadamente analisada e utilizada pela Recorrente para a formação da proposta e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mais, qualquer erro que não altere o valor global da proposta deve ser desconsiderado.

Por sua vez, a **unidade técnica demandante** manifestou-se, em síntese, da seguinte forma ([1139932](#)), a saber:

Em relação a diferença de R\$ 9.550,08 (nove mil quinhentos e cinquenta reais e oito centavos) encontrada nas planilhas apresentadas pela GetInfo. **A equipe de planejamento analisou as planilhas e conforme solicitado, os salários dos perfis foram devidamente ajustados conforme consta nos perfis correspondentes da convenção coletiva** (de conhecimento de todos). Ademais o valor ficou inferior ao da primeira proposta.

Em relação ao software ofertado de nome "**CA Service Desk Manager**", após conferência, foi verificado que a ferramenta consta na lista da PinkVerify e que a mesma atende os requisitos mínimos dos (11) onze processos, sendo eles listados abaixo:

AM - Gestão de Ativos de TI, CHG - Gestão de Mudanças, CON - Gerenciamento de Configuração, IM - Gerenciamento de Incidentes, KM - Gerenciamento do Conhecimento, MA - Monitoramento e Alerta, PM - Gerenciamento de Problemas, RDM - Gerenciamento de Liberação e Implantação, RM - Gerenciamento de Solicitações, SCA - Gerenciamento de Catálogo de Serviços, SLM - Gerenciamento de Nível de Serviço, SPM - Gestão de Portfólio de Serviços.

Importante esclarecer que a Pink Elephant, entidade independente e que não comercializa softwares de Gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação, usa qualificados e experientes consultores de gerenciamento de TI para avaliar as ferramentas ITSM. A avaliação PinkVERIFY, da Pink Elephant, é reconhecida pelo programa original da indústria de Gerenciamento de Serviços de TI para a certificação dos softwares que suportam as definições e os requisitos de carga de trabalho para ITIL. A PinkVERIFY tem oferecido aos clientes que reconhecem a importância da implementação das melhores práticas ITIL, a segurança de que eles estão escolhendo as melhores soluções ITSM.

Desse modo, a certificação PinkVERIFY é reconhecida mundialmente por se tratar de um processo que analisa as ferramentas capazes de atenderem aos requisitos de padronização das melhores práticas para gestão da área de TI, de acordo com a biblioteca ITIL. Muito embora a PinkElephant tenha sido descredenciada pela PeopleCert (detendora da ITIL) em 2023, isso por si só não a desqualifica, pois é considerada uma renomada empresa de treinamento e consultoria em gerenciamento de serviços de TI, desempenhou um papel significativo na promoção e no ensino do ITIL ao longo dos anos e a parceria entre a Pink Elephant e a PeopleCert permitiu que a Pink Elephant oferecesse cursos e certificações reconhecidas internacionalmente.

Ademais, conforme ata nº 3 do TCU, de 13 de fevereiro de 2008, Acórdão TCU nº 144/2008, "*é válido que se exija certificação emitida pela Pink Elephant, uma vez que se trata de organização que é referência mundial em capacitação ITIL, o que não configura restrição ao processo competitivo, mas um instrumento necessário para que a Administração efetive o adequado atendimento de suas necessidades, uma vez que o programa PinkVerify é mundialmente considerado como adequado à certificação que avalia as ferramentas que suportam as necessidades de definições e fluxos de trabalho dos processos de gerenciamento de TI.*"

Deste modo, considerando os argumentos apresentados pela GETInfo ([1139321](#)) em contrarrazão ao Recurso da INPHOCO ([1137331](#)), esta unidade técnica se manifesta por acatar as contrarrazões apresentadas pela GetInfo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nessa esteira, **após** a apresentação das **contrarrrazões e manifestação técnica da unidade demandante**, o Pregoeiro conheceu do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manifestando-se pelo seu **não** acolhimento, a saber: ([1140990](#))

7. Relativamente ao item 3.1 acima. Inconsistência de valores na planilha do VENCEDOR.

7.1. O RECORRENTE afirma que a proposta do VENCEDOR apresenta o valor de R\$ 6.894.877.40. Porém, a soma dos perfis resulta em 6.885.327,32, uma diferença de R\$ 9.550,08. Todavia, **o RECORRENTE não demonstra esse cálculo e nem aponta em qual item da planilha encontrou esse suposto erro.** Deveria, ao menos, indicar qual o cargo ou qual a linha/coluna da planilha que está errada. **Mesmo sem essa informação, conferirmos a planilha de custos apresentada no modelo previsto no edital (ANEXO VI) e os cálculos parecem corretos.** A simples discordância dos cálculos não se constitui motivo suficiente para a revisão da proposta aceita. É necessário que o RECORRENTE indique exatamente qual item considera errado, mas não o fez, limitando-se à manifestação de discordância.

7.2. O RECORRENTE alegou um suposto jogo de planilhas, sem indicar o valor paradigma, nem quais os itens da planilha estão muito abaixo ou muito acima desse paradigma, o que torna a alegação infrutífera.

7.3. Estranhamente, o RECORRENTE não apresentou nenhum pedido acerca do julgamento da proposta. Não diz qual providência deseja que seja adotada. Informou que o vencedor deixou de corrigir adequadamente sua proposta, sem identificar qual item precisa ser corrigido.

7.4. Assim, este Pregoeiro acolhe a manifestação da unidade técnica e, pelos motivos acima, mantém a decisão atacada (aceitação da proposta do VENCEDOR).

8. Relativamente ao item 3.2 acima. Ferramenta ITIL não credenciada pela PINK VERIFY, contrariando o edital.

8.1. De fato, o anexo I do edital estabelece que a ferramenta deve ter processos certificados pela Pink Elephant, através da certificação PinkVerify. Todavia, equivoca-se o RECORRENTE quanto ao momento da verificação, fazendo uma leitura isolada do dispositivo, o que não é recomendado. A leitura dos anexos deve ser feita em conjunto com o edital, pois dele são partes integrantes.

8.2. O anexo I do edital não trata da seleção do fornecedor, mas das especificações técnicas mínimas do software de gerenciamento de serviços de TIC – ITSM.

8.3. Quem trata especificamente da seleção do fornecedor é o **edital, que em seus itens 5.2.1 a 5.2.8 estabeleceu quais são os elementos a serem obrigatoriamente apresentados pelo licitante, os quais foram apresentados pelo VENCEDOR.**

8.4. Considerando que o edital não exigiu a comprovação de certificação pela Pink Elephant, através da certificação PinkVerify como requisito de aceitabilidade da proposta, não pode o Pregoeiro fazê-lo deliberadamente. O cuidado que o Pregoeiro teve foi apenas preventivo, no sentido de questionar, via CHAT, qual a ferramenta ofertada e submeter à análise da unidade técnica. Tal requisito comprovação, todavia, será exigida e rigorosamente fiscalizada na execução contratual.

8.5. De acordo com o anexo XVI (Minuta de Contrato) a disponibilização de ferramenta de Service-Desk ITSM que possua, pelo menos, os 11 processos ITIL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

certificados pela Pink Elephant (através da certificação PinkVerify toolset), constitui dever do contratado, conforme se verifica abaixo:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – São obrigações da Contratada:

(...)

Subcláusula única – Além das obrigações já elencadas, a Contratada deverá observar e cumprir o que segue:

1. REQUISITOS DO NEGÓCIO:

(...)

9. Gerenciamento de Liberação e Implantação.

Disponibilização de ferramenta de Service-Desk ITSM que possua, pelo menos, os 11 processos ITIL certificados pela Pink Elephant (através da certificação PinkVerify toolset)...

8.6. Mesmo não tendo que o edital exigido a comprovação de certificação pela Pink Elephant, através da certificação PinkVerify como requisito de aceitabilidade da proposta, a unidade técnica resolveu fazer nova conferência, verificando que a ferramenta ofertada consta na lista da PinkVerify e que a mesma atende os requisitos mínimos de (11) onze processos.

8.7. Assim, este Pregoeiro mantém a decisão atacada, visto que a comprovação de certificação não é exigida na licitação e, mesmo que fosse, a unidade técnica constatou o atendimento.

ANÁLISE AJSAOFC:

Relativamente a eventual **erro no preenchimento de planilha**, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do **Acordão de nº 898/2019**, consolidou o entendimento de que erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são suficientes para a desclassificação do licitante no certame, desde que a planilha possa ser ajustada sem que ocorra a majoração do preço global ofertado.

Registra-se, inclusive, que no caso de a administração considerar exequível a proposta, como no caso em análise, caberá a licitante suportar o ônus durante a execução contratual decorrente de eventual erro, como se verifica no **Acordão 2546/2015-Plenário TCU**, a saber:

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.

Tais entendimentos seguem na esteira dos **Princípios da proporcionalidade e razoabilidade e formalismo moderado**. Ademais, afirmou o Pregoeiro que mesmo sem a indicação concreta do erro pela recorrente, conferiu a planilha de custos apresentada pela recorrida e conclui que os cálculos parecem corretos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto à **ferramenta ITIL**, que segundo alegado pela recorrente **não estaria credenciada pela PINK VERIFY**, verifica-se que, mesmo não tendo o edital exigido a comprovação de certificação pela Pink Elephant, por meio da certificação PinkVerify, como requisito de aceitabilidade da proposta, a unidade técnica fez nova conferência e **constatou que a ferramenta ofertada consta na lista da PinkVerify e que a mesma atende os requisitos mínimos de (11) onze processos.**

Em razão do exposto, **esta unidade entende como legal e provida de fundamentação técnica adequada a manifestação do Pregoeiro (1140990)**, visto que os atos atacados pela recorrente contaram com o **deferimento do contraditório e ampla defesa, publicidade das informações e tramitações/andamentos processuais via chat do certame.**

Quanto ao mérito técnico, houve oitiva prévia da unidade técnica demandante e realização de diligência que comprovou a homologação da ferramenta ITIL pela PINK VERIFY-PINK ELEPHANT, a qual **atende os requisitos mínimos exigidos pelo edital**, conforme se depreende da leitura do *chat* do pregão, páginas 27 e 28 do termo de julgamento ([1141003](#)).

Assim, no entendimento desta unidade jurídica, não há reparos nos atos praticados pelo Pregoeiro.

INTENÇÃO DE RECURSO Nº 04:

A licitante **LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA** registrou intenção de recurso ([1137329](#)), que foi aceita pelo Pregoeiro.

RECURSO:

Relativamente às razões do **recurso** apresentadas pela licitante **LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA**, registrou a licitante, em síntese, os seguintes pontos controversos ([1137335](#)):

O Pregoeiro decidiu desclassificar o RECORRENTE devido ao fato de cotar, em sua proposta, salário de perfil “Técnico de suporte ao usuário de tecnologia da informação Sênior” do item 1 do objeto, que difere do valor atribuído ao mesmo perfil para o item 2, o que, a seu ver, seria um equívoco.

Alega que o edital informa que o item 2 do objeto é temporário, o que autoriza a oferta de salário menor por conta da aventada redução de custos.

Alega que a exequibilidade da proposta deve ser analisada como um todo, não de itens isolados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Alega excesso de formalismo do Pregoeiro, em detrimento do formalismo moderado, trazendo vários julgados acerca de realização de diligências para ajustes ou mesmo a aceitação de proposta com erros, afirmando que a decisão levou à uma proposta de quase R\$ 300.000,00 mais cara.

Em sede de **contrarrazões** a licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA** apresentou, em síntese, os seguintes argumentos em defesa da manutenção da inabilitação da licitante recorrente ([1139321](#)):

Em suas razões recursais, a LANLINK insurge-se contra a decisão do pregoeiro que desclassificou sua proposta em razão de erros na confecção da planilha de formação de preço, sustentando que tais erros não tem o condão de alterar o valor global e que a rejeição da oferta foi sumária, o que vai de encontro com os princípios norteadores da contratação pública.

Data máxima vênua, seu recurso não merece prosperar, tendo em vista que **o pregoeiro**, ao contrário do que sugere a LANLINK, **diligenciou, no sentido de que fossem regularizados os erros no preenchimento da planilha de formação de preços, em atenção ao comando legal, sem que a recorrente tenha efetivamente corrigido as falhas apontadas.**

Tais falhas, apontadas e não corrigidas, constituem vícios insanáveis, impossibilitando a exequibilidade da proposta apresentada. Notadamente, **a Lanlink apresentou valores distintos para a mesma função a ser executada**, sustentando que a diferença de valores está pautada na sazonalidade da prestação de serviços para o Item 2, sem, contudo, apresentar sequer um mero cálculo aritmético que embase sua afirmativa.

Por fim, mas não menos importante, não se pode olvidar que a busca da proposta mais vantajosa, a despeito de não poder esbarrar no formalismo exacerbado, como sugere a recorrente, também não pode validar a desídia da licitante que, mesmo após convocada, duas vezes a regularizar a planilha, permaneceu inerte.

Não prosperam, portanto, a alegação trazida a lume pela recorrente.

Por sua vez, a **unidade técnica demandante** manifestou-se, em síntese, da seguinte forma ([1139932](#)), a saber:

A licitante alega que pela natureza dos serviços do Item 2 ser temporário, os perfis podem ser diferentes, porém **foi devidamente esclarecido que se trata do mesmo perfil tanto do item 1 quanto do item 2.**

Esclarecemos que não desclassificamos com base na não exequibilidade, e sim na exigência de se adequar os salários dos perfis com base na convenção coletiva em vigor no estado de Rondônia.

O pedido feito no Edital do Perfil de "**Técnico de suporte ao usuários de tecnologia da informação Sênior**" se deu da razão do ramo da justiça ao qual estamos vinculados, onde temos especificações totalmente diferentes de qualquer outro ramo da justiça, onde atendemos eleitores com coleta biométrica, atendemos partidos, candidatos, advogados além de magistrados e demais autoridades e o serviço mais importante que é a realização das Eleições, deste modo a exigência foi pelo perfil de Sênior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Deste modo, considerando os argumentos apresentados pela GETInfo ([1139321](#)) em contrarrazão ao Recurso da LANLINK ([1137335](#)), esta unidade técnica se manifesta por acatar as contrarrazões apresentadas pela GetInfo.

Nessa esteira, **após a apresentação das contrarrazões e manifestação técnica da unidade demandante**, o Pregoeiro conheceu do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manifestando-se pelo seu **não** acolhimento, a saber: ([1140993](#))

7. Cumpre trazer à baila texto expresso do edital, segundo o qual:

5.2.4. *Constitui ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA a apresentação de:*

a) formulário de proposta, conforme modelo constante no ANEXO IX deste edital;

b) planilha de composição de custos, conforme modelo constante no ANEXO VI deste edital, para cada um dos perfis profissionais licitados (item 191.2 do ANEXO B da Portaria 1070/23), que resultou no valor de cada perfil profissional descrito no Quadro 3 da proposta;

c) documentos comprobatórios para os preços dos salários para perfil profissional, constituídos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

8. O anexo IX – Modelo de Proposta, expressamente prevê em sua “nota 2” que o licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação da proposta, as fontes dos salários por meio de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho. Ainda no anexo IX, o licitante declara que está apresentando os documentos comprobatórios para os preços dos salários para perfil profissional, constituídos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

9. O anexo V – Termo de Referência, expressamente prevê em seu item 8.2, o dever do licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação da proposta, as fontes dos salários por meio de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

10. Não obstante o texto do edital e de seus anexos fartamente alertar os licitantes de que os salários dos perfis de justificam com base na **convecção coletiva**, o próprio ora RECORRENTE já havia solicitado esclarecimentos ao edital sobre o tema, não podendo alegar desconhecimento, visto que o esclarecimento vincula tanto a Administração quanto os Licitantes, senão vejamos:

5.1. *QUESITO: Entendemos que, existindo sindicato laboral para a categoria de profissionais utilizados nesse edital no estado de Rondônia, com convenção coletiva válida, é obrigatório as licitantes utilizarem em suas precificações as convenções dos sindicatos que se adequem a suas atividades no estado de Rondônia. Está correto o nosso entendimento?*

5.2. *MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA: Está correto o entendimento.* 5.3. *RESPOSTA DO PREGOEIRO: Em regra, está correto o entendimento, desde que observada a ressalva contida no item 3.3 deste esclarecimento.*

11. Quanto ao alegado excesso de formalismo, não merece prosperar.

11.1. Além dos esclarecimentos prestados, o Pregoeiro alertou o RECORRENTE no chat e oportunizou a possibilidade de ajuste por duas vezes.

11.2. Na primeira oportunidade, o RECORRENTE ajustou apenas o salário para o perfil do item 1, ignorando o ajuste para o mesmo perfil para o item 2.

11.3. Na segunda oportunidade, o Pregoeiro alertou que o perfil do item 2 era exatamente o mesmo do item 1 e que deveria ser ajustado. Contrariado, o RECORRENTE simplesmente não atendeu à solicitação do Pregoeiro e não ajustou o preço do item 2, alegando que o item 2 é temporário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.4. Como se vê, não houve formalismo excessivo. Pelo contrário, não faltaram oportunidades para o ajuste. Houve, SIM, a recusa do RECORRENTE em ajustar.

12. Quanto à alegada temporariedade do cargo questionado para o item 2, não há qualquer permissão no edital nem em seus anexos para relativização dos salários previstos na Convenção Coletiva por conta da efetividade ou da temporariedade do seu ocupante, devendo ser previsto exatamente o mesmo salário para ocupantes de cargos do mesmo perfil, sob pena de incorrer em discriminação injustificada, o que afrontaria o art. 7º, XXXIV, da Constituição Federal.

13. No que concerne à alegada necessidade de análise da inexequibilidade do todo e não de itens isolados, a alegação não merece guarida pois não se discute a exequibilidade da proposta, mas sim a recusa de solicitação de ajustes e o não cumprimento do dever de observar os salários convencionais para cargos de mesmo perfil.

14. Assim sendo, este Pregoeiro acolhe a manifestação da unidade técnica e mantém a decisão atacada, visto que não há cláusula que justifique a flexibilização dos salários convencionais nem cláusula que justifique a discriminação de salários com base em critério de efetividade ou temporariedade dos cargos.

ANÁLISE AJSAOFC:

Primeiramente, verifica-se que o anexo IX – Modelo de Proposta do edital ([1115673](#)), expressamente prevê em sua “nota 2” que o licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação da proposta, as fontes dos salários por meio de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho. Ainda no anexo IX, o licitante declara que está apresentando os documentos comprobatórios para os preços dos salários para perfil profissional, constituídos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Compulsando os pedidos de esclarecimentos, verifica-se que a recorrente ([1115673](#)) irressigna-se contra temas que ela mesma suscitou, a saber:

QUESITO: Entendemos que, existindo sindicato laboral para a categoria de profissionais utilizados nesse edital no estado de Rondônia, com convenção coletiva válida, é obrigatório as licitantes utilizarem em suas precificações as convenções dos sindicatos que se adequem a suas atividades no estado de Rondônia. Está correto o nosso entendimento?

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA: Está correto o entendimento.

RESPOSTA DO PREGOEIRO: Em regra, está correto o entendimento, desde que observada a ressalva contida no item 3.3 deste esclarecimento.

Quanto ao alegado excesso de formalismo, não merece prosperar, visto que a observância **ao princípio do julgamento objetivo é consequência da obediência ao princípio da vinculação ao edital. Registra-se, inclusive, que foi concedido à empresa a possibilidade de ajustes por duas vezes**, conforme se depreende da leitura do chat do pregão em epígrafe, páginas 13 e 14 ([1141003](#)).

Em razão do exposto, **esta unidade entende como legal e provida de fundamentação técnica adequada a manifestação do Pregoeiro** ([1140993](#)), visto que os atos atacados pela recorrente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contaram com o deferimento do contraditório e ampla defesa, publicidade das informações e tramitações/andamentos processuais via chat do certame, e, quanto ao mérito técnico, oitiva prévia da unidade técnica demandante e realização de diligência quanto à possibilidade de ajustes conforme edital.

Assim, no entendimento desta unidade jurídica, não há reparos nos atos praticados pelo Pregoeiro.

INTENÇÃO DE RECURSO Nº 05:

A licitante **SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA** registrou intenção de recurso ([1137329](#)), que foi aceita pelo Pregoeiro.

RECURSO:

Relativamente às razões do **recurso** apresentadas pela licitante **SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA**, registrou a licitante, em síntese, os seguintes pontos controversos ([1137337](#)):

Não foi possível identificar exequibilidade na proposta ofertada pelo VENCEDOR. (...) No caso em comento, inobstante às regras legais e editalícias que disciplinam o tema exequibilidade, a empresa vencedora não foi capaz de demonstrar exequibilidade nos valores apontados na proposta, uma vez que os números dispostos na referida proposta indicaram um lucro de apenas 6% e benefícios de R\$ 539,35.

Além disso, a CCT que o próprio edital sugeriu não exige Plano de Saúde, e em estudo interno, baseado nas regras contidas no edital, conclui-se que a CCT do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA E LOCACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE RONDONIA E SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIRIZACAO EM GERAL E PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DE RONDONIA, não poderia ter sido utilizada e, uma vez utilizada, os números apresentados não são factíveis, diferentes dos da SONDA, que foram baseados estritamente nas regras estabelecidas.

Outro ponto que merece destaque é a questão dos salários. O edital trouxe salários mínimos de referência, portanto, sabe-se que a inobservância dessa referência pode e deve levar à desclassificação de quem não a observa. A empresa GETI, em total incumprimento à regra referencial, apresentou salários menores em 4 perfis.

O fator-k utilizado pela empresa na documentação apresentada foi de 1,98 a 2,10 dependendo do cargo. Isso, por si só, já é motivo de suspeição, sem o detalhamento aberto de todos os custos num modelo "MARE"



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em sede de **contrarrazões** a licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA** apresentou, em síntese, os seguintes argumentos em defesa de sua habilitação ([1139321](#)):

Sustenta a recorrente SONDA que a GETI não demonstra a exequibilidade da proposta, tendo em vista que a sua planilha de formação de preços sugere um lucro de 6% e benefícios de R\$ 539,35 (quinhentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos).

A empresa argumenta que a diferença de salários entre o apontado pela GETI em sua proposta e o previsto no Edital demonstram, per si, a inexecuibilidade da proposta.

Data máxima vênua, de acordo o entendimento lançado pela Recorrente, qualquer valor de salário abaixo do Edital seria considerado inexecuível.

Entretanto, sendo a licitação de prestação de serviços, seu custo principal é de mão - de-obra, razão pela qual somente as economias em relação ao valor de salário estimado para contratação é que permitem a concorrência pelo “menor preço”, como proposto.

Quanto ao argumento acerca do fator K apresentado pela Recorrida, melhor sorte não assiste à Recorrente, que novamente equivocou -se ao não compreender que o fator utilizado para estimativa da contratação, por óbvio, é o que se entende de razoável para a contratação pública, o fator utilizado para estimar a contratação.

Por esta razão, o fator K muito superior, 3, sugere uma possibilidade de superfaturamento. A Inexecuibilidade da proposta somente é aferida ao se comparar a estimativa com a proposta efetivamente feita, se considerando presumidamente inexecuível, preços abaixo de 50% do estimado.

Já a Inphoco, sustenta que os valores da planilha de formação de preços não estão corretos, fazendo, a GETI “jogo de planilhas”.

Por sua vez, a **unidade técnica demandante** manifestou-se, em síntese, da seguinte forma ([1139932](#)), a saber:

A utilização da Convenção Coletiva ([1131897](#)), foi utilizada conforme orientado pela **AJSAOFC** na Solicitação de Diligência [1106431](#), nota 2.

Nota 2: Os valores dos salários definidos pelo ANEXO II da Portaria SGD/MGI 1.070/2023 - **adotados pelo edital do certame - se prestam apenas à estimativa dos valores da contratação**, de acordo com o art. 4º da referida Portaria.

Dessa forma, com a Planilha de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação da proposta, as fontes dos salários por meio de acordo, **convenção ou dissídio coletivo de trabalho**. Nessa situação, eventuais repactuação dos valores dos salários ficarão condicionados ao período mínimo de um (01) ano contado da data-base das categorias que ensejou o orçamento da proposta.

Assim sendo, os salários do Edital foram adotados apenas como estimativa dos valores para a contratação.

Ademais conforme esclarecido nas manifestações ([1131999](#), [1131359](#)), a CCT não trás de forma explícita o valor correspondente de cada perfil do edital, fazendo com que a equipe de contratação com base no CBO encontra-se o perfil correspondente.

Quanto a argumentação do preço elevado da Ferramenta de ITSM apontada pela SONDA, apesar desta equipe não possuir cotação de preço de ferramentas (até por razão de não sabermos qual ferramenta seria ofertada), os valores de licenças de uma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ferramenta deste porte diga-se de passagem é bem elevado, porém, o preço de aquisição da ferramenta não foi objeto de avaliação do preço no edital, a ferramenta deverá ser ofertada pela contratada, ademais a licitante GetInfo demonstrou em um de seus atestados possuir licenças para uso da ferramenta ofertada.

Deste modo, considerando os argumentos apresentados pela GETInfo ([1139321](#)) em contrarrazão ao Recurso da SONDA ([1137337](#)), esta unidade técnica se manifesta por acatar as contrarrazões apresentadas pela GetInfo.

Em respeito ao processo licitatório e a todos os licitantes.

Nessa esteira, **após a apresentação das contrarrazões e manifestação técnica da unidade demandante, o Pregoeiro NÃO** conheceu do recurso, dada a sua **intempestividade**, e, no mérito, por seu improvimento ([1140995](#)), veja-se:

6. Como já dito no item 2.4 deste documento, em sede preliminar, **o recurso não pode ser conhecido**, posto que apresentado em momento posterior e distinto do encerramento da fase de julgamento de proposta, portanto intempestivo, contrariando o art. 65, §1º, I, da Lei 14.133/21, e os itens 12.1 e 12.2 do edital. Todavia, não sendo esse o entendimento da autoridade superior, passemos à análise do mérito.

7. Quanto à alegada inexecutabilidade da proposta do VENCEDOR, incumbe ao RECORRENTE, na qualidade de alegante, apontar quais os itens da planilha de proposta que entende inexecutável e trazer à lume o cálculo de justificação tal afirmativa. Mas não o fez, limitando-se a afirmar que a suposta inexecutabilidade da proposta.

8. Quanto ao lucro de apenas 6% (seis por cento) mais benefícios, trata-se de critério alegado pelo RECORRENTE, mas que não está previsto no edital. Há muito o Tribunal de Contas da União tem decidido que a margem de lucro da empresa é assunto “*interna corporis*”, que diz respeito tão somente à estratégia da empresa, não podendo a Administração Licitante interferir nas estratégias comerciais do licitante (Nesse sentido, Ac. TCU 3092/14-Plenário).

9. Quanto à CCT utilizada, o edital não estipulou objetivamente qual CCT o licitante deveria utilizar. Deixou, todavia, o dever de basear os salários em CCT aplicável. Uma vez eleita a CCT, a ela o licitante se vincula. Logo, a alegada inaplicabilidade da CCT utilizada pelo vencedor atrai para o RECORRENTE o ônus de comprovar sua inaplicabilidade. Todavia, o RECORRENTE não trouxe essa comprovação, limitando-se a indicar “estudo interno”, sem trazer os elementos desse estudo que corroborem o alegado.

10. Alega o RECORRENTE que o edital trouxe salários mínimos de referência, cuja inobservância pode e deve levar à desclassificação de quem não a observa. A afirmação parece equivocada.

10.1. Estabelece o item 5.2.4, “c”, do edital, a necessidade de documentos comprobatórios para os preços dos salários para perfil profissional, constituídos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho. Portanto, o salário da CCT é o referencial a ser adotado.

10.2. A anexo IX – Formulário de Proposta – expressamente prevê em sua nota 2 que os valores dos salários definidos pelo ANEXO II da Portaria SGD/MGI 1.070/2023 - adotados pelo edital do certame - se prestam apenas à estimativa dos valores da contratação, de acordo com o art. 4º da referida Portaria. Dessa forma, com a Planilha de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação da proposta, as fontes dos salários por meio de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3. Não obstante isso, há pedidos de esclarecimento das empresas STEFANINI GROUP e LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A versando sobre esse tema, onde é devidamente esclarecido que os salários adotados na estimativa de valores não são critérios de aceitabilidade, mas sim os salários previstos na CCT. Constitui dever dos licitantes acompanharem, também, os esclarecimentos e impugnações divulgados.

11. Alega o recorrente que o fator-k utilizado pelo VENCEDOR, por si só, já é motivo de suspeição, sem o detalhamento aberto de todos os custos num modelo "MARE". Ora, mais uma vez o RECORRENTE não trouxe a comprovação da alegada suspeição. Os documentos exigidos pelo edital (proposta e anexos) foram entregues pelo VENCEDOR. A ausência de elementos concretos e comprobatórios da alegada suspeição inviabiliza a adequada análise.

ANÁLISE AJSAOFC:

Conforme já registrado por esta unidade jurídica quando da análise da Intenção de Recurso nº 02, considerando que a recorrente **SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA** não registrou intenção de recurso imediatamente, no prazo de até 10 (dez) minutos **após o encerramento da fase de julgamento de propostas, seu direito de recorrer do julgamento da proposta restou precluso**, de acordo com as regras editalícias, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022**, estando tal conclusão em harmonia com os **Princípios da legalidade, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo**. Desta feita, na linha da manifestação do Pregoeiro ([1140995](#)), esta **Assessoria manifesta-se pela intempestividade do recurso da recorrente quanto ao julgamento das propostas**.

Mesmo que assim não fosse, no mérito, o recurso não deveria ser provido. Isso porque, no caso de a Administração considerar exequível a proposta, como no caso em análise, caberá à licitante suportar o ônus durante a execução contratual decorrente de eventual erro, como se verifica no **Acórdão 2546/2015-Plenário TCU**, a saber:

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.

Revela-se importante salientar que, nos termos do **Acórdão de nº 1367/2022**, na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (**art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da Constituição Federal**).

Observa-se que o item 5.2.4, “c”, do edital estabelece a necessidade de documentos comprobatórios para os preços dos salários para perfil profissional, constituídos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, **não apontando uma CCT específica**. Portanto, o salário da CCT é o referencial a ser adotado para fins de aceitação das propostas.

Verifica-se ainda que o Anexo IX – Formulário de Proposta – expressamente prevê em sua nota 2 que os valores dos salários definidos pelo ANEXO II da **Portaria SGD/MGI 1.070/2023** - adotados pelo edital do certame - se prestam apenas à **estimativa** dos valores da contratação, de acordo com o art. 4º da referida Portaria. Dessa forma, com a Planilha de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação da proposta, as fontes dos salários por meio de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho **por ela livremente escolhida conforme sua atividade econômica preponderante**.

Em sede de pedidos de esclarecimento das empresas STEFANINI GROUP ([1121281](#)) e LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A ([1122294](#)) versando sobre esse tema, foi devidamente esclarecido que os salários adotados na estimativa de valores não são critérios de aceitabilidade, mas sim os salários previstos na CCT.

No que se refere ao fator K, trata-se de metodologia utilizada para a estimativa de preços durante a fase de planejamento da contratação, metodologia que foi objeto de análise no âmbito do parecer jurídico nº 11/2023 ([1112997](#)). Tal como suscitado pela empresa, tal alegação, ausente de elementos concretos e comprobatórios, coaduna-se mais a irresignação com o resultado do certame, visto que não apresentou fundamentos concretos.

Em razão do exposto, **esta unidade se manifesta:**

I - Em consonância com a manifestação do Pregoeiro ([1140995](#)), **pela intempestividade do recurso quanto ao julgamento das propostas**;

II - Mesmo que assim não fosse, no mérito, por seu improvimento em função da legalidade e fundamentação técnica adequada da manifestação do Pregoeiro ([1140995](#)) que justificou com os elementos do edital o ato de aceitação da proposta, o qual contou com o deferimento do contraditório e ampla defesa, publicidade das informações e tramitações/andamentos processuais via chat do certame, além de manifestação da unidade técnica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, no entendimento desta unidade jurídica, não há reparos nos atos praticados pelo Pregoeiro.

g) Adjudicação: Face à interposição de recursos, será realizada pela autoridade administrativa, caso assim decida.

09. Assim, considerando que as manifestações do Pregoeiro foram adequadamente fundamentadas **com o deferimento do contraditório e ampla defesa, publicidade das informações e tramitações/andamentos processuais via chat do certame, e, quanto ao mérito técnico, oitiva prévia da unidade técnica demandante**, esta Assessoria Jurídica não vislumbra reparos nas decisões do Pregoeiro, devendo-se ainda registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia, probidade e obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento ([1141003](#)). Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pelo não conhecimento dos recursos manejados pelas licitantes **DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA** ([1137330](#)) e **SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA** ([1137337](#)), em razão da intempestividade dos recursos **opostos ao julgamento das propostas**, de acordo com o art. 165, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021, art. 40, § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022 e itens 12.1 e 12.2 do edital do certame, estando tal conclusão em harmonia com os Princípios da legalidade, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo;

i. Pelo **conhecimento** do recurso manejado pela licitante **DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA** ([1137330](#)) em relação ao julgamento da habilitação da vencedora e, **no mérito**, por seu improvimento, de acordo com a manifestação do Pregoeiro ([1140984](#)), os demais elementos produzidos no certame e os fundamentos trazidos neste parecer;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. Em relação ao recurso da licitante **SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA** ([1137337](#)), caso a autoridade decida de forma distinta e entenda que deva ser conhecido, **no mérito**, por seu improvimento, posto que a manifestação do pregoeiro ([1140995](#)), os demais elementos produzidos no certame e a análise registrada neste parecer demonstram que o ato de recebimento da proposta vencedora foi realizado em observância estrita das regras estabelecidas pelo edital do certame.

II - Pelo conhecimento dos recursos manejados pelas licitantes INPHOCO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ([1137331](#)) e LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA ([1137335](#)) e, **no mérito**, por seus improvimentos, na esteira das manifestações da unidade técnica demandante, do Pregoeiro ([1140990](#) e [1140993](#)) e a análise registrada neste parecer.

III - Em função do exposto nos incisos I e II, pela manutenção das decisões do Pregoeiro exaradas no PE nº 90001/2024 ([1140995](#)), quanto à aceitação da proposta, habilitação e declaração da licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - CNPJ sob o nº 10.685.746/0001-30, como vencedora da licitação**, no valor negociado de R\$ 6.894.877,40 (seis milhões oitocentos e noventa e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e quarenta centavos), **na forma registrada na página 30 do Termo de Julgamento** ([1141003](#));

IV - Não conhecidos e improvidos os recursos, pela adjudicação dos itens do objeto pela autoridade superior em favor da licitante **GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 10.685.746/0001-30**, detentora da melhor proposta oferecida aos itens do certame.

V - Pela **homologação** do certame pela autoridade competente, em razão do não provimento dos recursos, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1141003](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. Orienta-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos retornem à ASLIC para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

12. Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 12/04/2024, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 12/04/2024, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1141999** e o código CRC **2BAE69E7**.